



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE – FANESSE
MBA EM GESTÃO EMPRESARIAL E INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL

LAÍS DE BRITO GUEDES

DESAFIOS DO EMPREENDEDORISMO FEMININO NO BRASIL

Aracaju - SE

Janeiro/2019

DESAFIOS DO EMPREENDEDORISMO FEMININO NO BRASIL

RESUMO ¹

O Empreendedorismo no Brasil ainda enfrenta muitos desafios e embora já se tenha notado um leve distanciamento entre homens e mulheres no que concerne o mercado de trabalho, ainda há muitos caminhos a serem percorridos até alcançar à Equidade de Gênero, a Autonomia das Mulheres e a Universalidade das Políticas Públicas no tocante as mulheres e em especial a mulheres empreendedoras. Por meio de metodologia bibliográfica e documental, dialogando com o pensamento teórico feminista, este trabalho teve como objetivo analisar os desafios do empreendedorismo feminino no Brasil; compreender a os benefícios do empreendedorismo feminino e investigar o empreendedorismo feminino pelo viés de classe e raça.

Palavra-chave: Empreendedorismo Feminino; Trabalho; Desafios.

¹ Laís de Brito Guedes
Bacharela em Secretariado Executivo-UFS, lbguedes@gmail.com

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual do total de empreendedores (TTE) segundo a busca de órgãos de apoio - Brasil - 2017.....	16
Tabela 2 – Taxas ¹ específicas dos empreendedores por estágio segundo o gênero - Brasil – 2017	17

SUMÁRIO

RESUMO.....	1
LISTA DE TABELAS.....	2
INTRODUÇÃO	4
1. A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	6
2. A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	8
3. EMPREENDEDORISMOS FEMININO	10
4. METODOLOGIA	12
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	12
5.1 Os desafios do empreendedorismo feminino no Brasil	12
5.2 Benefícios do empreendedorismo feminino.....	15
5.3 Empreendedorismo feminino pelo viés de classe e raça	16
6. CONCLUSÃO.....	18
7. REFERÊNCIAS.....	19
7. ABSTRACT.....	21

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar os desafios do empreendedorismo feminino no Brasil, compreender seus benefícios e investiga-lo pelo viés de classe e raça, visto que recentemente o Itaú Mulheres Empreendedoras (2018) apresentou um estudo afirmando que mais mulheres, por meio de oportunidades econômicas, buscam reduzir a disparidade entre homens e mulheres e construir um cenário igualitário e justo.

Para quem trabalha com o tema mulheres, feminismo e igualdade entre os sexos, o conceito de emprego é essencial. Analisar a situação das mulheres no mercado de trabalho é questionar seu estatuto social: o emprego feminino é um fio condutor para compreender o espaço das mulheres na sociedade. Nesse sentido, a divisão sexual dos empregos constrói o gênero. (HIRATA, HELENA et al., p.86, 2009).

Ou seja, o empreendedorismo feminino não é uma mera faceta do capitalismo, mas uma ferramenta de mudanças sociais. Segundo Simone de Beauvoir (1970), a forma de a mulher reduzir a distância que a separa dos homens, é pelo trabalho porque este pode lhe garantir independência. *“Porque é pelo trabalho que a mulher conquista sua dignidade de ser humano; mas foi uma conquista singularmente árdua e lenta”* (BEAUVOIR, p. 149, 1970).

A autora também destaca que essa conquista ao longo da história foi lenta e difícil, a julgar que o trabalho escravo, remuneração desigual, violência – entre outros fatores – sofridos pelas mulheres em seus trabalhos marcam a história da mulher e trabalho no mundo. *“Além disso, os empregados abusavam das jovens operárias. (...) As mulheres acumulam o trabalho agrícola com o da fábrica. Exploram-nas cinicamente”* (BEAUVOIR, p. 149, 1970).

Codo (1988), em seu livro *O que é Alienação?*, discorre que é pelo trabalho consciente que o homem se hominiza, significa que pelo trabalho o homem se torna ser humano, a alienação, neste caso, vem justamente do trabalho no sentido vazio, apenas uma reprodução automática e sem sentido. Logo, o trabalho consciente confere identidade ao homem. *“Se o homem é roubado no seu próprio trabalho, é roubado de si mesmo,*

perde-se quando deveria se identificar, desconhece a si mesmo quando deveria se reconhecer, destrói-se quando deveria estar se construindo” (CODO, p. 32, 1988).

Ainda em termos históricos, a mulher além de silenciada e violentada, foi podada de seu próprio direito de ser humano, foi alienada de direito aos direitos humanos. Perrot (2017) afirma que o século XIX foi o da divisão de tarefas e segregação sexual e a mulher é limitada e excluída dos espaços de poder

O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual nos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro. A participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocado, confinada às tarefas ditas não qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas. (PERROT, p. 198, 2017)

Perrot (2017) ainda afirma que a mulher precisa romper com toda a imagem e simbologia criada em seu entorno para desprender-se das atuais estruturas *“(...) o que importa reencontrar são as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente como autômatas, mas criando elas mesmas o movimento da história”* (PERROT, p. 198, 2017).

Rebecca Solnit (2017) destaca que, na década de 2010, uma nova onda feminista se alastra pelo mundo, isso, em consequência de uma reação ao silêncio imposto à mulher que resulta numa série de violências brutais, dentre elas, estupro, salários desiguais, não ocupação de espaços de poder, etc.

O GEM – Monitoramento Global do Empreendedorismo – (2013) apresenta um novo cenário em que o percentual de empreendedoras feminina, pela primeira vez, se tornou maior que o masculino. Isso significa que o mundo passa por um novo sopro na reestruturação de uma nova sociedade, ainda que de forma lenta, já é possível encontrar resultados significativos sobre geração de trabalho e renda ao empreendedorismo feminino e suas consequências e dificuldades.

Posto isso, esta pesquisa se elencou em teorias feministas e na leitura de livros, artigos e pesquisas sobre o atual cenário do empreendedorismo feminino no Brasil e no mundo. O interesse pelo tema surge da vivência de ser mulher e empreendedora, para maior aproximação com a realidade do país e possivelmente futuras estratégias de gestão empresarial.

1. RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE A MULHER E O TRABALHO

A história da mulher no mercado de trabalho é marcada pelo silenciamento, rejeição e violência. A peste negra, durante a Idade Média, que dizimou um terço da população europeia, deu início a uma grande revolução, gerando uma crise no trabalho, conflito de classes, o fim da servidão e o rompimento com o feudalismo. Desse modo, atingindo também as mulheres, “(...) *estes níveis salariais alcançavam também as mulheres, já que a diferença entre a renda feminina e a masculina havia diminuído drasticamente nos momentos da Peste Negra*” (FEDERICI, p. 102, 2017).

Para o proletário europeu, isso significou não só a conquista de um nível de vida que não foi igualado até o século XIX, mas também o desaparecimento da servidão. No fim do século XIV, as amarras entre os servos e a terra havia praticamente desaparecido (...). Por todas as partes, os servos eram substituídos por camponeses livres — titulares de posses consuetudinárias (copyholds) ou de enfiteuses (leaseholds) — que só aceitavam trabalhar em troca de uma recompensa substancial. (FEDERICI, p. 102, 2017).

No final do século XV, com o surgimento do Estado e a contrarrevolução, uma política sexual que se voltou contra as mulheres proletárias que eram violentadas com o consentimento do Estado, estima-se que metade dos jovens homens da época participou de algum desses ataques. “(...) *as autoridades municipais praticamente descriminalizaram o estupro nos casos em que as vítimas eram mulheres de classe baixa*” (FEDERICI, p. 103, 2017).

Na Veneza do século XIV, o estupro de mulheres proletárias solteiras raramente tinha como consequência algo além de um puxão de orelhas, até mesmo nos casos frequentes de ataque em grupo (...). O mesmo ocorria na maioria das cidades francesas. Nelas, o estupro coletivo de mulheres proletárias se tornou uma prática comum, que se

realizava aberta e ruidosamente durante a noite, em grupos de dois a quinze que invadiam as casas ou arrastavam as vítimas pelas ruas sem a menor intenção de se esconder ou dissimular. Aqueles que participavam desses “esportes” eram aprendizes ou empregados domésticos, jovens e filhos das famílias ricas sem um centavo no bolso, enquanto as mulheres eram meninas pobres que trabalhavam como criadas ou lavadeiras (FEDERICI, p. 103, 2017).

Essas mulheres além de violentadas sexualmente, passavam a ser mal vistas pela sociedade por serem consideradas de reputação duvidável e precisavam abandonar a cidade ou se prostituir, resultando na institucionalização da prostituição gerida pelo Estado e financiado com dinheiro de impostos públicos (FEDERICI, 2017).

Porém, elas não eram as únicas que sofriam. A legalização do estupro criou um clima intensamente misógino que degradou todas as mulheres, qualquer que fosse sua classe. Também insensibilizou a população frente à violência contra as mulheres, preparando o terreno para a caça às bruxas que começaria nesse mesmo período (FEDERICI, p. 104, 2017).

Com a transição para o sistema Capitalista, uma onda de miséria e fome tomou a Europa e as mulheres lideraram uma revolta também conhecido como ‘Motim das Mulheres’. (FEDERICI, 2017)

Ao comentar sobre esse fenômeno na Inglaterra do século XVIII, Sheila Rowbotham concluiu que as mulheres se destacaram nesse tipo de protesto por seu papel de cuidadoras de suas famílias. Porém, as mulheres também foram as mais arruinadas pelos altos preços, já que, por terem menos acesso que os homens ao dinheiro e ao emprego, dependiam mais da comida barata para sobreviver. Por esta razão, apesar de sua condição subordinada, rapidamente saíam às ruas quando os preços da comida aumentavam ou quando se espalhava o rumor de que se levariam os suprimentos de cereais da cidade. (FEDERICI, p. 156, 2017).

Segundo Merry Wiesner (1993), no século XVII, com o intuito de manter a ordem, o estado passa a controlar o corpo da mulher controlando a forma de procriação e com efeito desvalorizando mais ainda o trabalho feminino. “*Um aspecto complementar foi a redução das mulheres a não trabalhadoras*”. (FEDERICI, p. 181, 2017).

Nessa época, as mulheres haviam perdido espaço inclusive em empregos que haviam tradicionalmente ocupado, como a fabricação de cerveja e a realização de partos. As proletárias, em particular,

encontraram dificuldades para obter qualquer emprego além daqueles com status mais baixos: empregadas domésticas (a ocupação de um terço da mão de obra feminina), trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite. (FEDERICI, p. 182, 2017).

Wiesner (1993) também afirma que na época, final do século XVII, a mulher não podia trabalhar fora de casa e sua produção seria apenas com a finalidade de ajudar ao marido, entretanto, essa mesma produção não seria considerado trabalho. O estudo de Wiesner sobre a história da mulher no trabalho corrobora o discurso de Simone de Beauvoir (1970) que basta uma crise política para que mulheres tenham seus direitos questionados.

Há de se destacar também o trabalho escravo no período da Colonização e Globalização em que milhares de negros africanos e indígenas foram forçados ao trabalho, traficados e explorados. A mulher negra e indígena não foi poupada, instituindo a divisão do trabalho não só por sexo e classe, mas por raça (GARDEY, 2003).

Entretanto, com a institucionalização da escravatura, que veio acompanhada por uma diminuição da carga laboral para os trabalhadores brancos e por uma queda no número de mulheres vindas da Europa como esposas para os fazendeiros, a situação mudou drasticamente. Fosse qual fosse sua origem social, as mulheres brancas ascenderam de categoria, esposadas dentro das classes mais altas do poder branco. E, quando se tornou possível, também se tornaram donas de escravos, geralmente de mulheres, empregadas para realizar o trabalho doméstico (FEDERICI, p. 216, 2017).

Com o fim da escravidão no século XIX e as duas grandes guerras no século XX, a mulher ganha novo espaço no mercado de trabalho. Com as guerras, não cabia mais ser apenas dona de casa que cuida da educação dos filhos, enquanto os homens estavam na guerra, era preciso ocupar os postos de trabalho (ALVES, 2007). *“Historicamente, a maior participação da mulher na esfera extradoméstica, esteve ligada ao afastamento do homem por motivos de guerras”* (ALVES, p. 16 e 17, 2007)

Alves (2007) discorre que a diferença salarial ainda é discrepante entre homens e mulheres. Ribeiro (2017) enfatiza que a mulher negra, que está abaixo do homem negro do ponto de vista hierárquico e salarial, ganha menos que a mulher branca.

2 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

A presença da mulher no mercado de trabalho brasileiro vem aumentando progressivamente desde a década de 70, do século passado. Isso em decorrência de no Brasil existir famílias chefiadas por mulheres, a necessidade de ajudar no orçamento doméstico, aumento no grau de escolaridade e mais recente, ascensão do movimento feminista, busca pela presença atuante das mulheres nos espaços públicos e privados (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2002).

(...) o significativo aumento da atividade das mulheres, uma das mais importantes transformações ocorridas no País desde os anos 70, teria resultado não apenas da necessidade econômica e das oportunidades oferecidas pelo mercado em conjunturas específicas. A progressão da integração das mulheres ao mercado de trabalho foi, de fato, espantosa. Em 1976, existiam 11,4 milhões de mulheres economicamente ativas no País, e, na década em análise, esse contingente passou de 22,9 milhões em 1990 para 31,3 milhões em 1998; a taxa de atividade feminina em 1998 chegou a pouco mais de 47%, ou seja, para cada 100 mulheres em idade de trabalhar, 47,6 trabalhavam ou procuravam trabalho.

Transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos 70 e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho. A consolidação de tantas mudanças é um dos fatores que explicaria não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações nas famílias e no perfil da força de trabalho desse sexo, processo que vem se delineando desde a década de 80. (BRUSCHINI e LOMBARDI, p. 97, 2002).

Nos anos 2000, esse número continuou a aumentar significativamente, todavia de forma segregada e discrepante em relação aos homens que se pode observar no trabalho formal e informal, homens ganham mais que mulheres fazendo o mesmo trabalho e com mesmo grau de escolaridade (LOMBARDI, 2010).

Na segunda década do século XXI ainda se verifica essa tendência, em 2015 o rendimento médio dos trabalhadores homens foi de R\$ 2.058,00, enquanto a remuneração média das trabalhadoras foi R\$ 1.567,00, ou seja, as mulheres receberam no referido ano 76,1% do rendimento habitual dos homens. Destarte, apesar de se observar um aumento na remuneração das mulheres quando comparado com a

primeira década deste século, constata-se que as disparidades de rendimentos entre os sexos ainda persiste (FAGUNDES, p. 27, 2017)

Dito isso, para Araújo e Durães (2010), pensar na mulher inserida no mercado de trabalho hoje, vai além de quantidade, mas da qualidade social em que a mulher está inserida e que conduzam as condições de dignidade humana.

3 EMPREENDEDORISMOS FEMININO

Empreendedorismo, segundo SEBRAE (2016) – Serviço de Apoio ao Microempresário – *“é a capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade”*. Ou seja, empreendedorismo está relacionado a capacidade de inovação e bom emprego de novas oportunidades no ramo dos negócios (SEBRAE, 2016).

Segundo o GEM (2012) – Monitoramento Global do Empreendedorismo – *“Entende-se como empreendedorismo qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, como por exemplo: uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente”*. Sendo, dessa forma, necessário para economia mundial, transformando todo um sistema organizacional (DORNELAS, 2012).

Nesse contexto, o empreendedorismo feminino, segundo SEBRAE (2015), nos últimos anos cresceu, bem como a participação da mulher no mercado de trabalho. Para Moraes (2015), isso acontece porque a falta de oportunidade em organizações ainda predomina, consequentemente, as mulheres optam pelo empreendedorismo, tendência que vai de acordo com as últimas pesquisas do SEBRAE sobre empregadores.

Entre 2003 e 2013, nota-se que a participação das mulheres entre os empregadores cresceu nas empresas, situando-se entre 25,3% nas micro e 21,2% nas demais empresas, em 2003. Em 2013, estes valores passaram para 29,2%, nas micro, e 26,1%, nas demais empresas. Esse movimento foi resultado de dois fatores: queda no número absoluto de homens entre os empregadores de microempresas e aumento substancial das mulheres neste segmento, passando de 754 mil para 889 mil, entre 2003 e 2013; e para as demais empresas, resultado do expressivo crescimento relativo das mulheres, que no período teve incremento de 72,8%, enquanto para os homens foi de apenas 31,8%. (SEBRAE, p. 32, 2015)

Segundo SEBRAE (2014), as mulheres têm uma definição própria sobre o que vem a ser empreendedorismo, e esse conceito está intrinsicamente relacionado com vivências pessoais, todavia não destoam entre elas no que concerne sobre a visão de futuro, apostar em novas ideias, aprimoramento profissional, criatividade etc.

Usar a criatividade e características empreendedoras é o que muitas mulheres usam para criar e conduzir sua empresa, construindo alternativa de inclusão ou permanência no mercado de trabalho. Por isso é relevante conhecer os reais motivos que estimulam as mulheres a assumir os desafios e os riscos de constituir o seu próprio negócio. (SEBRAE, p. 17, 2014)

O perfil dessas mulheres, segundo SEBRAE (2015), são de empregadoras (possui funcionário e auxiliares) e que trabalha por conta própria (não possui funcionários ou auxiliares) e os setores que mais se destacam é o de serviços, comércio e indústria.

De acordo com o GEM (2017), o número de Empreendedores Novos (com até 3,5 anos) e Empreendedores Iniciais mulheres superou o masculino. Maior parte dessas mulheres têm renda mensal entre dois a três salários mínimos com segundo grau completo ou superior incompleto, sendo solteiras ou casadas, negras ou pardas.

Com relação ao emprego e faturamento, a diferença entre as mulheres e os homens foi um pouco mais expressiva: • 74% das empreendedoras não tem nenhum empregado atualmente, contra 68% dos homens; • 37% das empreendedoras esperam criar algum emprego nos próximos 5 anos, contra 43% dos homens; • 64% das empreendedoras operam negócios que faturam até R\$12 mil/ano, contra 41% dos homens. Portanto, as empreendedoras trabalham com menos empregados, faturamento mais modesto e expectativas mais modestas de criação de novos empregos. Em parte, este perfil mais modesto se deve à forte presença de mulheres que trabalham por Conta Própria, no grupo das mulheres empreendedoras. (GEM, p. 16 e 17, 2017)

Dito isto, segundo o GEM (2017), as mulheres empreendedoras demonstram mais autoconfiança sobre seu negócio que os homens. E a maior parte dessas mulheres sonham em comprar a casa própria a partir do próprio negócio. Porém, entre ambos, homens e mulheres, há uma relativa baixa na procura de entidades de apoio para seus negócios.

4 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi bibliográfica e documental que visou se aproximar das principais pesquisas, estudos e teorias acerca do tema, gerando uma análise da referência bibliográfica. Os livros, artigos, pesquisas e estudos foram selecionados dentro de quatro eixos principais: alinhamento com às teorias feministas; noção história sobre a mulher no trabalho, estudo de raça e gênero; informações atualizadas sobre o empreendedorismo feminino.

A partir da pesquisa bibliográfica é possível ter um apanhado geral de tudo que foi produzido, possibilitando que o estudioso chegue a conclusões novas (MARCONI e LAKATOS, 2007). Além disso, é possível dialogar com o material já produzido com base numa seleção criteriosa (GIL, 2004).

A pesquisa documental apesar de se assemelhar à pesquisa bibliográfica, se diferencia pelo fato dos documentos não receberem tratamento analítico, ficando a cargo do pesquisador com uma base teórica analisar os dados (GIL, 2004).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Os desafios do empreendedorismo feminino no Brasil

Os fatores que desafiam o empreendedorismo feminino no Brasil, são diversos, sendo seu destaque o pouco acesso a políticas públicas que colaborem, incentivem e estimulem as mulheres ao empreendedorismo de forma ampla e acessível. Baseado no Plano Nacional de Política para as Mulheres (2005), foi desenvolvido o Programa Nacional de Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PNTEM (2005), que estava baseado nos pressupostos e princípios da Equidade de Gênero e a Autonomia das Mulheres e a Universalidade das Políticas. Desenvolvido primeiro no Estado do Rio de Janeiro em 2005 e ampliado no período de 2007 a 2012, em Municípios selecionados, nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco e Pará, além do Distrito

Federal, no âmbito do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PNTEM. Sendo este um programa, pode ser desativado sem aviso prévio ou discussão com a sociedade.

Outro fator importante, que é citado no GEM 2017 e em outras pesquisas é a diferença na remuneração entre os gêneros, pois as mulheres ainda recebem menos que os homens.

(...) com estudo recente do IPEA que mostra que, apesar da tendência de maior participação das mulheres na nossa sociedade na última década, as mulheres continuam apresentando uma situação de maior precariedade que os homens no mercado de trabalho (p.ex. rendimentos mais baixos, menor acesso à previdência, menor grau de formalização da sua ocupação etc.) (GEM. p 17. 2017)

Entre os fatores que dificultam o empreendedorismo no Brasil, está o fato de que uma empresa para ser aberta e formalizada, leva uma média de 50 dias para ser concluída pelo excesso de burocracia. E falta de comunicação entre os órgãos federativos municipais, estaduais e federal que em alguns momentos ampliam a dificuldade de formalização do empreendimento, contribuindo para um aumento do empreendimento informal o que dificulta sua ampliação. Tornando, dessa forma, a jornada longa entre os órgãos para completar a abertura e legalização do empreendimento no Brasil. Além de um sistema tributário complexo e um ambiente regulatório oneroso continuam a criar obstáculos e seguem como uma ameaça significativa ao crescimento contínuo. Aumentando o desafio de buscar no negócio próprio uma oportunidade no mercado (OLIVEIRA, 2016).

Entretanto, devido às altas taxas de juros, falta de crédito no mercado, alta carga tributária por parte dos órgãos governamentais, muitos optaram pela informalidade.

A procura por entidades de apoio é relativamente baixa, tanto entre mulheres quanto entre os homens. Apenas 12,1% do total de empreendedores (as) buscaram um órgão de apoio em 2017. Quando discriminados os resultados por gênero, observa-se que as mulheres procuraram menos (apenas 9%) que os homens (15%). (GEM. p.21 2017)

Além da questão do preconceito, um dos [principais desafios](#) que mulheres enfrentam está relacionado a temas como a autoconfiança e o medo, fruto do sistema de dominância no qual nossa sociedade se baseia (GEM, 2017).

Tabela 1 - Percentual do total de empreendedores (TTE) segundo a busca de órgãos de apoio - Brasil - 2017		
Órgãos de apoio	Masculino	Feminino
Procurou algum órgão de apoio	15	9
Principais órgãos de apoio procurados ¹		
SEBRAE	60	46
SENAI	20	6
SENAC	13	33
Consultoria Privada	3	9
Outros ²	17	12
¹ A soma dessas opções pode não totalizar 100% pelo fato de ocorrerem respostas múltiplas. ² Nessa classificação para o Brasil se enquadram: Associação de classe, Contador, ENDEAVOR, Fundação Oasis, Sindicato e SESI.		

Fonte: GEM Brasil 2017

Conforme apresentado no GEM (2017), outro fator que deve ser observado é o apresentado na tabela 1 do Percentual do total de empreendedores (TTE) segundo a busca de órgãos de apoio – Brasil – 2017, que mostra uma distorção muito grande na busca de instituições de apoio. Mesmo com uma baixa procura por órgão de apoio, tanto por, homes e mulheres, órgãos como SENAI e SEBRAE são procurados em maior percentagem por empreendedores homens. Um indicativo da distorção que remete a questões de gênero e a busca maior de apoio por homens está concentrada no SENAI que atua nas atividades industriais e a maior percentagem de mulheres buscou apoio no SENAC que atende o setor terciário de economia.

Nesse diapasão, verifica-se que a divisão sexual do trabalho representa a base dessa dicotomia, uma vez que direciona os homens às ocupações relacionadas à economia e política e as mulheres às tarefas da vida privada, tidas como essencialmente domésticas. Decorrendo disso, a naturalização do papel tido como feminino e a inviabilização do acesso à esfera pública pelas mulheres, pois vistas pela sociedade como inadequadas ou incapazes para essa ocupação por serem subordinadas aos homens e à família(...) (FAGUNDES. p. 13, 2017)

Porém, o avançado quantitativo das mulheres entre os empreendedores do país, traz ainda em seu contexto as marcas das desigualdades de gênero, seja no que diz respeito ao preconceito e desvalorização de alguns tipos de trabalho feminino, seja na

sexualização das atividades. Elas empreendem majoritariamente nas atividades de comércio varejista, na indústria de transformação e na atividade de alojamento e alimentação, atividades consideradas tradicionalmente femininas.

5.2 Benefícios do empreendedorismo feminino

O empreendedorismo feminino no Brasil passa por avanços, porém, ainda não são duradouros e efetivos para contribuir com a permanência da mulher no mercado do empreendedorismo e vem sendo objeto de vários estudos nos últimos anos, dada a natureza da evolução do papel da mulher na sociedade contemporânea e as peculiaridades associadas à condição feminina, várias questões importantes afloram para investigação.

Tabela 2 - Taxas¹ específicas dos empreendedores por estágio segundo o gênero - Brasil – 2017			
Estágio	Masculino	Feminino	Brasil
Empreendedores Iniciais	19,9	20,7	20,3
Nascentes	4,9	4,0	4,4
Novos	15,7	16,9	16,3
Empreendedores Estabelecidos	18,6	14,4	16,5
Total de empreendedores na população adulta	37,9	35,0	36,4

¹ Percentual da população de 18 a 64 anos

Fonte: GEM Brasil 2017

Verifica-se na tabela acima que o número de mulheres envolvidas em empreendimentos iniciais² no ano de 2017 foi maior que o de homens, no entanto, quando verificado os outros dados, é possível observar que nos empreendimentos considerados nascentes ou ainda os estabelecidos o número de mulheres é menor que o de homens.

² Taxa de empreendedorismo inicial (TEA: nascentes ou novos): • os empreendedores nascentes são aqueles indivíduos que estão envolvidos na estruturação e são proprietários de um novo negócio, contudo esse empreendimento ainda não pagou salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de três meses; • os empreendedores novos administram e são donos de um novo empreendimento que já remunerou de alguma forma os seus proprietários por um período superior a três meses e inferior a 42 meses (3,5 anos); • tanto os empreendedores nascentes quanto os novos são considerados empreendedores em estágio inicial ou simplesmente empreendedores iniciais. - Taxa de empreendedorismo estabelecido (TEE). Neste estrato estão contidos os empreendedores que administram e são proprietários de negócios tidos como consolidados pelo fato de haver pago aos seus proprietários alguma remuneração, sob a forma de salário, pró-labore ou outra, por um período superior a 42 meses

Segundo levantamento do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, as mulheres envolvidas no Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PNTEM, demonstraram aumento da autoestima, impulsionado principalmente a partir das discussões sobre direitos e violência contra a mulher onde se pôde perceber e descobrir o empreendedorismo como via de ampliação de sua autonomia. Para o mercado, a diversificação e as novas possibilidades trazidas pela presença feminina são igualmente positivas. Ao chegar a um ambiente predominantemente masculino, a mulher que empreende traz novas soluções e oportunidades a serem exploradas.

Ainda no âmbito do PNTEM empreendeu esforços no sentido de imprimir alterações no contexto das políticas públicas e no ambiente produtivo das mulheres, por meio da instrumentalização e do aumento da capacidade de gestores e gestoras para a formulação e análise de políticas na perspectiva de gênero (IBAM, p. 05. 2012).

A luta da mulher pelo seu espaço no mundo dos negócios é um fenômeno que vem sendo observado no mundo inteiro e nada mais é do que a revolução feminina. Mulheres que, para muitos são o sexo frágil, estão estudando e trabalhando mais e melhor do que os homens e sem sombra de dúvidas, se adaptam com mais facilidade às grandes mudanças e transformações que vêm acontecendo no mundo globalizado. As mulheres empreendedoras vêm construindo fortes mudanças e não há como voltar atrás deste caminho de desenvolvimento. Apesar de sua importância, a literatura sobre empreendedorismo feminino é relativamente recente, encontrando-se em plena construção (IBAM, 2012).

5.3 Empreendedorismo feminino pelo viés de classe e raça

Durante o decorrer da história verificou-se que quando ocorrem mudanças na sociedade, a mulher passa a assumir tarefas que diferem do ambiente familiar e doméstico, costumeiros dos períodos em questão e assumiu atribuições e tarefas que por algum momento eram atribuídas apenas aos homens. Sendo assim, muitos gestores públicos e privados ainda não se atualizaram diante das novas políticas de públicas sociais, de gênero e igualdade racial, mantendo uma visão arcaica e discriminatória (GEM, 2017).

O programa conseguiu unificar atores de diversas áreas setoriais em torno da discussão do empreendedorismo e das possibilidades de ampliação da autonomia econômica das mulheres atendidas pelas

políticas públicas sociais. Muitos gestores tiveram contato pela primeira vez com temas como direitos das mulheres, trabalho e ocupação, empreendedorismo, raça, cor, políticas de gênero, políticas para mulheres, alinhados à discussão das políticas públicas de forma geral (IBAM, p. 06. 2012).

Na pesquisa GEM (2017) foi feito um recorte quanto ao número de empreendedoras por raça/cor. Quando verificada, foi possível observar que o número de mulheres negras/pardas é maior que o de mulheres brancas e outras (Amarelas = Origem japonesa, chinesa, coreana etc.; e Indígenas). Sendo a porcentual de 69% para negras/pardas, de 29% para brancas e 2% para outras, isso nos empreendimentos iniciais e nos empreendimentos estabelecidos houve uma pequena redução na taxa das negras/pardas e nas outras. Ficando em 59% as negras/pardas, de 41% as brancas e 0% as outras.

Com base nos dados e a análise das autoras, torna-se mais preciso o contexto em que o empreendedorismo feminino se difunde: nas fronteiras entre o trabalho, o emprego e a geração de renda, trabalho este autônomo, por conta própria, significativamente motivado pela necessidade, sem garantias legais e contribuições à previdência social, que se conjugam, entre outros aspectos, à divisão sexual do trabalho e à crescente participação feminina na responsabilidade exclusiva do sustento da família. (IBAM, p. 34. 2012).

Na mesma pesquisa GEM (2017), foi realizado um recorte entre as mulheres empreendedoras referente a renda, o que destacou que as mulheres com renda de dois salários mínimos são as que mais iniciaram empreendimentos com 36%, seguidas das que recebem três salários mínimos com 25%, depois as que recebem apenas um salário com 24%, as que recebem entre três e seis salários mínimos ficaram com 13% e as que recebem mais de seis salários com 1%.

Já nos empreendimentos estabelecidos, houve pequenas alterações na proporção de acordo com a renda. Ficando da seguinte forma, as mulheres com renda de dois salários mínimos mesmo havendo uma redução ficaram com 31%, seguidas das que recebem três salários mínimos que teve um pequeno aumento passando para 26%, seguidas agora das que recebem entre três e seis salários mínimos que agora estão com 24%, depois as que recebem apenas um salário com 10%, e as que recebem mais de seis salários com 9% (GEM, 2017).

Nestes recortes da pesquisa GEM (2017), é possível verificar e evidenciar que as diferenças de classe e raça têm um grande peso na continuidade dos empreendimentos, pois, mesmo as mulheres negra/pardas tendo o maior número de empreendimentos iniciais, os empreendimentos estabelecidos ainda são alcançados com maior frequência pelas mulheres que tem maior capital.

6. CONCLUSÃO

Para garantir a inclusão e a permanência dos talentos, habilidades, experiências e energia das mulheres, em um processo efetivo e justo, há necessidade proeminente de ações intencionais e políticas públicas deliberadas que criem oportunidades reais de inserção e inclusão destas mulheres.

Ainda há muito que avançar nas políticas públicas direcionadas a mulher. Mesmos com uma estrutura normativa que garante igualdade entre homens e mulheres, entre brancos e negros e de diferentes classes sociais, o arcabouço normativo sozinho não dá conta de expurgar o preconceito e discriminação que afasta mulheres e mais ainda mulheres negras da invisibilidade na economia brasileira, ou seja, as trabalhadoras que sofrem discriminação no trabalho, seja na busca por uma ocupação, seja durante a vigência do contrato de trabalho, ou no momento em que procuram uma instituição financeira para fazer um empréstimo para abrir ou expandir seus negócios e têm a oportunidade negada e seus direitos humanos básicos violados.

Cabe destacar a importância de refletir sobre o tema do empreendedorismo feminino associado ao debate sobre políticas públicas de erradicação da pobreza, com a ressalva que a discussão sobre pobreza, gênero e raça, ainda se constitui num campo a ser desenvolvido. Como também a falta de pesquisas que facilitem os diversos recortes sobre gênero, cor/raça, classe social, situação educacional.

Ainda há muitos caminhos a serem percorridos até alcançar a Equidade de Gênero, a Autonomia das Mulheres e a Universalidade das Políticas Públicas no tocante as mulheres e em especial às mulheres empreendedoras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira. **O que é feminismo?**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

AZEVEDO, Delaine Martins Costa. Souza, Patrícia Rosimere de (organizadoras). **Políticas públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram** /– Rio de Janeiro : IBAM, 2012.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. São Paulo. 1. Fatos e Mitos. 4ª Ed. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1970.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **As trabalhadoras Brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas**. Revista Mulher e Trabalho, Porto Alegre, n. [s.n], v. 02, p. 95-105, 2002.

CODO, Wanderley. **O que é Alienação?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FAGUNDES, Letícia Baptista. **Gênero e Trabalho - O Impacto do Processo de Precarização das Relações de Trabalho Sobre a Vida das Trabalhadoras Brasileiras do Século XXI**. UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2017

GARDEY, Delphine. Perspectivas históricas. In MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: editora SENAC São Paulo, 2003.

GEM – Global Entrepreneurship Monitor. **O Empreendedorismo no Brasil. 2013**. Monitoramento Global do Empreendedorismo Curitiba: IBPQ, 2012.

_____ – Global Entrepreneurship Monitor. **O Empreendedorismo no Brasil. 2013**. Monitoramento Global do Empreendedorismo Curitiba: IBPQ, 2013.

_____ – Global Entrepreneurship Monitor. **O Empreendedorismo no Brasil. 2013.** Monitoramento Global do Empreendedorismo Curitiba: IBPQ, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas.** 5ª ed. São Paulo, Atlas. 2004.

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 324 páginas, 2009.

LOMBARDI, Maria Rosa. **A persistência das Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho.** In: COSTA, Albertina (Org). Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo. Recife: SOS CORPO, 2010. P. 36-56.

MARCONI, M. A.; LAKAYOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas. 2007

MORAIS, Simone de. **Mulheres empreendedoras no Brasil: fatores que as levam a empreender.** Disponível em:
<http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/empreendedorismo/mulheres-empendedoras-no-brasil-fatores-que-as-levam-a-empreender/85498/> >. Acesso em 15 janeiro de 2019, às 20hrs.

OLIVEIRA, Francineide Bezerra de . **Novas Perspectivas no Comportamento Gerencial da mulher Empreendedora** / Francineide Bezerra de Oliveira. –Natal, 2016.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** Tradução Denise Bottmann. – 7ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é o lugar de fala?.** Coleção Feminismo Plurais. Belo Horizonte (MG): Editora Letramento. (2017)

SEBRAE. **Mas afinal, o que é empreendedorismo?.** Serviço de Apoio ao Microempresário. 2016. <http://blog.sebrae-sc.com.br/o-que-e-empreendedorismo/>. Acesso em 02 de janeiro de 2019, às 16hrs.

_____. **Anuário das mulheres empreendedoras e trabalhadoras em micro e pequenas empresas : 2015.** / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas e gráficos]. – 3.ed. – Brasília, DF : DIEESE, 2015.

_____. **Mulher de Negócios:** Empreendedorismo Feminino em Pauta. Pesquisa Mulher Empreendedora em MS: 2014. / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Socioeconômicos.

<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Pesquisa%20Empreendedorismo%20Feminino%20no%20MS.pdf>

_____. **O Perfil das Mulheres Empreendedoras.** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Socioeconômicos. 2015. http://sindivarejistacampinas.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2016/03/maria-paula_SINDIVAREJISTA30MAR.pdf

WIESNER , Merry E. **Mulheres trabalhadoras na Alemanha Renascentista.** New Brunswick (NJ): Rutgers University Press. 1986

ABSTRACT

Entrepreneurship in Brazil still faces many challenges and although there has already been a slight estrangement between men and women in what concerns the labor market, there are still many paths to be followed until reaching Gender Equity, Women's Autonomy and Universality of public policies regarding women and, in particular, women entrepreneurs. Through a bibliographical and documentary methodology, in dialogue with feminist theoretical thinking, this study aimed to analyze the challenges of female entrepreneurship in Brazil; understand the benefits of female entrepreneurship, and investigate female entrepreneurship through class and race bias.